

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
DEPARTAMENTO INTERDISCIPLINAR
LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

DÉBORA RUSCHEL

O ENSINO DE GEOGRAFIA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Tramandaí/RS

2022

DÉBORA RUSCHEL

O ENSINO DE GEOGRAFIA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Trabalho de Conclusão de Curso I
apresentado ao curso de Licenciatura em
Geografia como requisito para obtenção do
título de licenciada em Geografia pela
Universidade Federal do Rio Grande do
Sul.

Orientadora: Prof^a. Dra. Aline de Lima
Rodrigues

Tramandaí/RS

2022

FICHA CATALOGRÁFICA

CIP - Catalogação na Publicação

Ruschel, Débora
2022 / Débora Ruschel. -- 2022.
44 f.
Orientadora: Aline de Lima Rodrigues.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Campus
Litoral Norte, Licenciatura em Geografia, Tramandai,
BR-RS, 2022.

1. Geografia. 2. Educação Inclusiva. I. Rodrigues,
Aline de Lima, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

FOLHA DE APROVAÇÃO

DÉBORA RUSCHEL

O ENSINO DE GEOGRAFIA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Trabalho de conclusão de curso de Graduação apresentado ao Curso de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Geografia.

Tramandaí/RS, 16 de dezembro de 2022.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Aline de Lima Rodrigues (orientadora)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Elisa Pinheiro de Freitas
Universidade Federal do ato Grosso do Sul

Prof. Dr. André dos Santos Baldraia Souza
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

AGRADECIMENTOS

A cada dia que passa, tenho a certeza de que fiz a escolha certa: iniciar o Curso de Geografia, e relato que foram 4 anos intensos de dedicação e desafios, de dar conta de trabalho, família e estudos, e afirmo que os fiz com muita dedicação em todas as instâncias, mostrando-me de como sou capaz.

Agradecer é reconhecer que o nosso sucesso não o conseguimos sozinhos.

Quero agradecer àqueles que contribuíram e caminharam ao meu lado durante o percurso.

Agradeço a minha família, amigos e colegas de trabalho, por me incentivarem em minhas escolhas e pelo apoio, sendo a minha base.

O que dizer sobre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a todo seu corpo docente: foi um prazer imenso poder desfrutar desse espaço rico em diversidade, pluralidade de ideias e com professores e colegas dedicados para fazer um mundo melhor. Sou honrada de fazer parte da história dessa universidade, e levarei comigo todos os ensinamentos e reflexões que nos foram trazidos durante o curso.

EPÍGRAFE

“Tenham com seus alunos a firmeza de pai e a ternura de mãe”.

São João Batista de La Salle

RESUMO

Sabe-se que, atualmente, a inclusão é uma das questões centrais nas discussões sociais, acadêmicas e políticas e reconhece-se a relevância do papel exercido pelo professor para alcançar as mudanças esperadas nesse processo de ensino inclusivo e, por isso precisa ser qualificado e capacitado para saber lidar com os diferentes grupos de alunos. Muitas são as legislações que regem a questão da educação e a inclusão, no seu sentido amplo, mas a dificuldade está em fazer com que toda a engrenagem funcione sistematicamente e que os objetos do ensino-aprendizagem sejam alcançados. O objetivo principal do trabalho foi identificar os desafios e as potencialidades do professor de Geografia na prática da educação inclusiva na Educação Básica. Como objetivos específicos, destacaram-se: a) analisar a prática da educação inclusiva no contexto das políticas públicas educacionais brasileiras; b) compreender a inserção das práticas de educação inclusiva na Base Nacional Comum Curricular e nos currículos de Geografia para a Educação Básica; c) investigar a prática do professor de Geografia no desenvolvimento e na aplicação da educação inclusiva no cotidiano escolar. Na pesquisa, foi utilizada a metodologia de cunho qualitativo, onde o pesquisador buscou informações e dados bibliográficos, artigos, e documentos relacionados ao tema de pesquisa, e também, de uma abordagem qualitativa, em que se recorreu a entrevistas que foram propostas a professoras de Geografia e a uma profissional de Atendimento Educacional Especializado – AEE, que atuam em escolas da Educação Básica do município de Cerro Largo/RS. Conclui-se que é uma temática desafiadora e cada vez mais emergente. Percebeu-se a necessidade de uma melhor compreensão do que é, efetivamente, um processo de inclusão escolar. Entendemos que todos os estudantes têm condições de aprender, mas precisamos conhecer e respeitar tempos, ritmos e formas de aprendizagem e as especificidades de cada indivíduo. Nesse sentido, enfatiza-se a importância de uma formação continuada que conscientize gestores, docentes e demais profissionais da educação.

Palavras-chave: Ensino de Geografia, Educação Inclusiva, Formação docente.

ABSTRACT

It is known that, nowadays, inclusion is one of the central issues in social, academic and political discussions and the relevance of the teacher's role play is recognized in order to achieve the expected changes in this process of inclusive teaching and, therefore, it needs to be qualified and trained to know how to deal with different groups of students. There are many laws that govern the issue of education and inclusion, but the difficulty in making the whole gear work systematically and that the teaching-learning objects are achieved. The main goal of the work was to identify the challenges and potentialities of the Geography teacher in the practice of inclusive education in Basic Education. As specific goals, stood out: a) analyze the practice of inclusive education in the context of Brazilian educational public policies; b) understand the insertion of inclusive education practices in the National Common Curricular Base and in the Geography subject for Basic Education; c) investigate the practice of the Geography teacher in the development and application of inclusive education in everyday school life. In the research, a qualitative methodology was used, where the researcher sought information and bibliographic data, articles, and documents related to the research topic, and also, a qualitative approach, in which interviews were proposed to Geography teachers and the Specialized Educational Service professional who work in Basic Education schools in Cerro Largo/RS. It is concluded that it is a challenging and increasingly emerging theme. It was noticed the need for a better understanding of what is, effectively, a process of school inclusion. We understand that all students are able to learn, but we need to know and respect times, rhythms, ways of learning and the specificities of each student. In this sense, emphasis is placed on the importance of continuing education that raises the awareness of managers, teachers and other education professionals.

Keywords: Geography Teaching, Inclusive Education, Teacher training.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE – Atendimento Educacional Especializado

APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Localização das escolas de ensino fundamental de Cerro Largo - RS

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	14
2.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DEFINIÇÃO E ABORDAGENS.....	14
2.2 A RELAÇÃO DA GEOGRAFIA COM A INCLUSÃO.....	16
2.3 BNCC E A INCLUSÃO NA DISCIPLINA DE GEOGRAFIA.....	19
3 CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	22
4 EXPERIÊNCIAS DOCENTES EM GEOGRAFIA E A INCLUSÃO.....	24
4.1 FIGURA 1.....	25
4.2 A INCLUSÃO PARA AS PROFESSORAS DE GEOGRAFIA.....	25
4.3 PROFESSOR E A INCLUSÃO.....	26
4.4 ENSINO-APRENDIZAGEM, INCLUSÃO E A GEOGRAFIA.....	30
4.5 DESAFIOS DA INCLUSÃO EM SALA DE AULA.....	31
4.6 EXPERIÊNCIAS E PERCEPÇÕES DA PROFISSIONAL DE AEE.....	32
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
REFERÊNCIAS.....	35
Apêndice A - Entrevistas com professores (as) de Geografia.....	40
Apêndice B - Entrevista com profissional de AEE.....	41
Apêndice C - Autorização de Concordância da Instituição.....	42
Apêndice D - Autorização Professor de Geografia e Profissional de AEE.....	44

1 INTRODUÇÃO

A temática que foi abordada neste trabalho tem como inspiração inicial os desafios do docente de Geografia na prática da educação inclusiva e o desenvolvimento de ações que visem um aprendizado de qualidade para os alunos, assunto imprescindível para analisar as práticas de docência, e como essas situações estão sendo abordadas na Educação Básica.

Há um avanço na legislação brasileira na questão da inclusão educacional, pelo menos no campo da teoria, mas, na prática, está um pouco longe de ser o ideal. Para tanto, realizou-se uma análise das políticas públicas educacionais e o que compreende toda a legislação disponível para a educação inclusiva.

A lei mais antiga é de 1961, nº 4024, a chamada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), a qual fundamentava o atendimento educacional às pessoas com deficiência, chamadas no texto de “excepcionais” (atualmente, esse termo está em desacordo com os direitos fundamentais das pessoas com deficiência). Ou seja, a preocupação com a educação inclusiva dizia respeito somente a pessoas com deficiências físicas e mentais.

Em 1988, a Constituição Federal passa a respaldar os que propõem avanços significativos para a educação escolar de pessoas com deficiência, quando elege como fundamentos da República à cidadania e à dignidade da pessoa humana (art. 1º, incisos II e III) e, como um dos seus objetivos fundamentais, a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (art. 3º, inciso IV). Ela garante ainda o direito à igualdade (art. 5U) e trata, no artigo 205 e seguintes, do direito de todos à educação. Esse direito deve visar ao “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Além disso, a Constituição elege como um dos princípios para o ensino “a igualdade de condições de acesso e permanência na escola” (art. 206, inciso I), acrescentando que o “dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (art. 208, inciso V).

Surge também em 1996, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, a qual também trouxe mudanças para a educação, sendo criada para garantir o direito a toda população de ter acesso à educação gratuita e de qualidade,

para valorizar os profissionais da educação, estabelecer o dever da União, do Estado e dos Municípios com a educação pública.

Assim, as mais recentes leis, destacam-se em 2014, o Plano Nacional de Educação (PNE), que visa universalizar para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à Educação Básica e ao atendimento educacional especializado.

Em 2020, surge o Decreto N°10.502 – Política Nacional de Educação Especial, o qual institui a chamada Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida.

Em todos esses anos, foram criadas muitas leis, decretos, resoluções, todas com um objetivo que é diminuir as diferenças na educação e na sociedade e, de fato, realizar a inclusão.

Observa-se que a inclusão escolar, no sentido mais amplo da palavra, é um direito inalienável de todos à educação e ao respeito às diferenças, proporcionando a equidade. As diferenças incluem oportunidades iguais e direitos para todos, sem exceções. Segundo Karagiannis *et al.*,

(...) o ensino inclusivo é a prática da inclusão de todos, independentemente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou cultural, em escolas e salas de aula provedoras, onde todas as necessidades dos alunos são satisfeitas. (KARAGIANNIS *et al.*, 1989, p. 21)

Nesse contexto, o papel do docente de Geografia em sala de aula é de participar da formação do aluno, potencializando o processo de ensino-aprendizagem, para que seus estudantes desenvolvam seu senso crítico, a fim de tornarem-se indivíduos pensantes e atuantes na sociedade.

Segundo pesquisa realizada pelo IBGE em 2019 e divulgada em agosto/2021, os dados revelam que o Brasil conta com mais de 17 milhões de crianças com dois anos de idade ou mais com algum tipo de deficiência e, aproximadamente, 70% desse público, com idade mínima de escolarização, possui no máximo o ensino fundamental incompleto.

A disciplina de Geografia por si só contribui com a inclusão como um instrumento que possibilita compreender a realidade, tão essencial na educação inclusiva, voltada para todos os alunos que são excluídos do processo de ensino-

aprendizagem por inúmeros e diversos fatores, em decorrência de condições individuais, econômicas ou socioculturais dos alunos.

Um dos atores para essa engrenagem funcionar é o docente de Geografia ser um impulsionador para que exista uma educação crítica e pensante, aliada aos currículos de Geografia e à organização de suas práticas pedagógicas a partir dos currículos construídos sob a égide da base que é a Base Nacional Comum Curricular e da educação inclusiva.

Dessa forma, entendendo a educação geográfica como fundamental na formação do indivíduo, para sua compreensão da realidade e das noções de espacialidade e orientação, é importante se questionar de que forma o professor de Geografia está preparado para desenvolver uma educação inclusiva de forma efetiva e eficiente. Como o professor de Geografia trabalha e atua na efetiva prática da educação inclusiva no meio escolar? Quais os recursos disponíveis? Possui incentivo e formação adequada? Essas foram questões direcionadoras para a presente pesquisa.

A partir da discussão realizada, o objetivo principal do trabalho foi identificar os desafios e as potencialidades do professor de Geografia na prática da educação inclusiva na Educação Básica. Como objetivos específicos, destacaram-se: a) analisar a prática da educação inclusiva no contexto das políticas públicas educacionais brasileiras; b) compreender a inserção das práticas de educação inclusiva na Base Nacional Comum Curricular e nos currículos de Geografia para a Educação Básica; c) investigar a prática do professor de Geografia no desenvolvimento e na aplicação da educação inclusiva no cotidiano escolar.

O presente trabalho caracterizou-se como uma pesquisa de cunho qualitativo, onde o pesquisador buscou informações, através de entrevistas, dados bibliográficos, artigos e documentos relacionados ao tema de pesquisa. O estudo teve o intuito de analisar a prática da educação inclusiva no contexto das políticas públicas educacionais brasileiras; e compreender a inserção das práticas de educação inclusiva na Base Nacional Comum Curricular e nos currículos de Geografia para a Educação Básica.

O trabalho apresentou, em seu capítulo segundo, a fundamentação teórica na definição e abordagens na educação inclusiva; a relação da geografia com a inclusão e como está abordada na BNCC a inclusão na disciplina de geografia.

Posteriormente, no terceiro capítulo, verificou-se os caminhos metodológicos para uma compreensão de como foi o desenvolvimento da pesquisa em questão.

No quarto capítulo, foram apresentadas e analisadas as entrevistas com 05 professoras de geografia do Município de Cerro Largo/RS e, também, com a profissional de AEE.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O presente trabalho tem como pesquisa e referencial alguns autores que analisam a questão da atividade docente como protagonista de uma educação de qualidade, aliada à comunidade escolar, com ênfase no ensino de Geografia e a educação inclusiva que, segundo a etimologia da palavra inclusão, está relacionada ao ato ou efeito de incluir. Na sequência, analisa-se também, a legislação pertinente à educação inclusiva no Brasil e as questões norteadoras como, por exemplo, a BNCC.

2.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DEFINIÇÃO E ABORDAGENS

A educação inclusiva é compreendida pela igualdade de acesso e permanência em uma educação de qualidade, sem restrições devido às condições sociais, raças, culturas e individualidades dos escolares. As instituições devem acolher os alunos e adaptar-se de acordo com as particularidades destes, para que assim consigam atender às suas necessidades (UNESCO, 1994).

Abordar o tema da educação inclusiva no espaço escolar sempre é um convite e um exercício para ampliar a flexibilidade mental e os horizontes paradigmáticos.

É preciso falar da inclusão escolar, não como processo em si mesmo, mas pelos processos históricos, políticos, sociais e pedagógicos que permeiam a inclusão no espaço escolar, ainda marcados pela desigualdade e exclusão. De modo mais acentuado, sofreram ou sofrem este processo excludente, aqueles que apresentam alguma peculiaridade específica em seu desenvolvimento. Mesmo que a legislação vise assegurar o direito e o acesso de todos à educação básica, na prática, isso não acontece sempre.

Incluir é um princípio que se traduz em uma atitude, em uma postura que acolhe, que reconhece e legitima a singularidade de cada sujeito no processo. Algo que não está dado ou se efetiva em um ato, em uma atitude ou em uma atividade. Mas, é uma postura, um acontecer cotidiano que implica dinamismo, acolhida, crença e confiança no outro, não como um estranho, uma ameaça, mas alguém a ser potencializado em suas capacidades, suas diferenças, sendo legitimado e respeitado na convivência.

Para todos esses conceitos existe uma política pública voltada para a inclusão que teve como iniciativa a Constituição Federal de 1988. Pouco tempo depois, na década de 90 em diante, a inclusão de pessoas excluídas dos processos educacionais vem obtendo visibilidade e políticas públicas estão sendo requisitadas, a fim de tornar os sistemas de ensino mais preparados e abertos para atender à diversidade no ambiente escolar.

Observa-se que a Constituição Federal de 1988, no artigo 208, que trata da Educação Básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos, afirma que é dever do Estado garantir:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. (BRASIL, 2016)

Na sequência, os artigos 205 e 206, respectivamente, tratam “a Educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho” e “a igualdade de condições de acesso e permanência na escola” (BRASIL, 2016).

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), nº 9394/96, em vigor, tem um capítulo específico para a Educação Especial. Nele, afirma-se que “haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de Educação Especial”. Também afirma que “o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a integração nas classes comuns de ensino regular”. Além disso, o texto trata da formação dos professores e de currículos, métodos, técnicas e recursos para atender às necessidades das crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Conforme a lei,

CAPÍTULO V - DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos

alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, nos termos do caput deste artigo, tem início na educação infantil e estende-se ao longo da vida, observados o inciso III do art. 4º e o parágrafo único do art. 6º desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 13.632, de 2018).

Os autores Dutra e Griboski (2005) defendem que a educação enfrenta o desafio de ressignificar os processos de formação dos professores com o objetivo de promover conhecimentos sobre as limitações dos alunos. Para os autores, também existe a necessidade de redefinir as políticas públicas relacionadas à educação especial, reorganizar os espaços e recursos de atendimento e aumentar o envolvimento da família no processo de inclusão. Nesse sentido,

A Educação inclusiva supõe uma escola inclusiva, uma escola que 'arranja maneira' de acolher todas as crianças e jovens da sua comunidade, flexibiliza e adapta os seus currículos, não se limitando a reduzi-los, reestrutura as suas práticas de organização e de funcionamento, de forma a responder à diversidade dos seus estudantes, desde os mais vulneráveis aos mais dotados, apostando na mudança de mentalidades e de práticas, implicando, valorizando e corresponsabilizando todos os intervenientes no processo educativo. Uma escola inclusiva é uma escola em movimento, uma escola que evolui sempre, que nunca atinge o estado perfeito (SANCHES, 2011, P.137).

Muitas são as definições e tentativas de solucionar ou colocar em prática o que está previsto na legislação. Contudo, Smeha e Seminotti (2008) percebem a educação inclusiva como um paradigma distante da realidade observada e muito longe de ser alcançada. Os autores alegam que no Brasil a escola ainda é excludente.

Na mesma linha de raciocínio, a inclusão no seu sentido mais amplo da definição, está longe de ser resolvida, pois uma sociedade capitalista, automaticamente, já realiza a exclusão e não consegue na sua totalidade a inclusão. São muitas as implicações que dificultam ou até mesmo impossibilitam que os alunos realmente sejam incluídos. Em muitas situações, as escolas não se adaptam a esses educandos, dificultando uma educação de qualidade, fazendo com que continuem realizando práticas de seletividade, classificação e homogeneização.

2.2 A RELAÇÃO DA GEOGRAFIA COM A INCLUSÃO

O docente de Geografia, bem como os demais, tem um papel importante para/na inclusão, pois ele é o agente mediador e transformador, que vai incentivar e

colaborar na formação do seu aluno, influenciando em uma educação de qualidade e assegurando-lhe o status de cidadão, que lhe é de direito, e o de refletir sobre o seu conhecimento.

Dessa forma, ser professor de Geografia é desempenhar uma tarefa importante na promoção da aprendizagem e no desenvolvimento de alunos críticos e comprometidos com a transformação do mundo em que vivem.

É importante parar para refletir sobre a própria atuação em sala de aula, pois os alunos não são iguais nas suas dificuldades, nem mesmo nas suas potencialidades. O que há de semelhante entre eles é o fato de que todos podem aprender. Dessa forma,

(...) o ensino inclusivo é a prática da inclusão de todos, independentemente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou cultural, em escolas e salas de aula provedoras, onde todas as necessidades dos alunos são satisfeitas. (KARAGIANNIS et al., 1989: 21)

No processo de ensino e aprendizagem, o docente tem papel fundamental e não deve ser apenas um mero transmissor de conhecimento pronto e acabado, mas sim, um estimulador/mediador do conhecimento e, ao mesmo tempo, um pesquisador contribuinte para o desenvolvimento da educação. Segundo Melo e Sampaio (2007):

[...] o professor de Geografia em sala de aula tem como função potencializar seus estudantes, utilizando todas as formas diversas de expressões para atingi-los. É preciso entender como estes alunos pensam e se sentem em relação à escola e ao espaço em que vivem” (MELO; SAMPAIO, 2007, p.128).

O mundo passa por uma ampla renovação tecnológica e científica que dá forças ao processo de transformações rápidas no espaço e nas relações sociais, tendo um aceleração ainda maior durante a pandemia do Covid-19. Essa nova realidade, caracterizada pelo uso maciço da tecnologia e pela velocidade e alcance das informações é definido pelo geógrafo Milton Santos (2006 p. 159-161) como um “meio técnico-científico-informacional, um período e um espaço que se distingue pela profunda interação entre ciência, tecnologia e mercado global, devendo ser encarados integralmente num sistema que gera a globalização”.

Essa nova realidade exige do ensino de Geografia uma postura também renovada, considerando esse contexto no qual a sociedade e os espaços estão inseridos e relacionados. Diante disso, Vesentini (1996) recomenda:

O mundo mudou e o ensino da Geografia **(deve)** procurar acompanhar essas mudanças, pois o papel da geografia no sistema escolar nada mais é que explicar o mundo em que vivemos, ajudando o aluno a compreender a realidade espacial na qual vive e da qual é parte integrante. (VESENTINI, 1996, p.3) (Grifo nosso)

Trabalhar com Geografia é criar situações favoráveis para a apreensão de conceitos geográficos e desenvolver competências que possam auxiliar na contextualização espacial dos fenômenos, das estruturas e dos processos, no conhecimento mais profundo do mundo em que se vive, e na atuação mais consciente como cidadãos em escalas local, regional, nacional e global (CAVALCANTI, 1998).

O ensino de Geografia tem papel fundamental no auxílio da formação de qualquer cidadão, pois desenvolve uma maior compreensão da realidade, ao estudar diretamente com o espaço produzido socialmente, e ainda:

Esta disciplina apresenta papel significativo na aprendizagem, seja por proporcionar o desenvolvimento de habilidade específicas da observação, descrição, análise como aprender a observar, descrever, comparar, estabelecer relações e correlações, tirar conclusões e fazer sínteses do espaço de vivência; seja por possibilitar a apropriação de conteúdos que permitem ler o mundo e o lugar em suas contradições (AMARAL; et. Al, 2013, p.8)

Kaercher (2003) lembra o papel do professor de Geografia perante as reflexões já efetuadas sobre a inclusão educacional, social, econômica, cultural e outras. Segundo o autor,

A principal tarefa de um professor de Geografia, talvez nem seja a de ensinar Geografia, mas realçar um compromisso que ultrapassa a Geografia: fortalecer os valores democráticos e éticos. A partir de nossas categorias centrais (espaço, território, Estado, região, natureza, sociedade, etc) expandirmos cada vez mais o respeito ao outro, ao diferente. (KAERCHER, 2003, p. 50)

Mas ainda existem professores, nesta proposta de estudo, os de Geografia, que ao concluírem a graduação saem sem ter conhecimento algum sobre a inclusão escolar ou com conceitos equivocados a respeito. Assim, professores, em todos os níveis de ensino, ao receberem um aluno de inclusão podem não saber como agir e, por desinformação ou desinteresse, podem deixar de ser um mediador do conteúdo, para ser mais um elemento contraditório dentro da escola.

Muitos profissionais como os professores, buscam um aperfeiçoamento, para compreender a inclusão de uma forma mais clara e justa “com alternativas menos

segregativas de absorção desses educandos nas redes de ensino” (GLAT, PLETSCH, PONTES, 2007, p. 344).

Percebe-se que somente com um conjunto de resoluções a sociedade e a educação se tornarão inclusivas, pois depende de professores capacitados, formação contínua, recursos pedagógicos disponíveis, currículos adaptados, legislação ou políticas públicas que devem ser efetivamente cumpridas e observadas, e a permanência na assistência de alunos inclusivos. Essa adequação deve ser realizada culturalmente nas políticas experienciadas nas escolas, para que atendam à diversidade dos alunos.

2.3 BNCC E A INCLUSÃO NA DISCIPLINA DE GEOGRAFIA

Depois de analisar as políticas públicas e como a inclusão está sendo debatida e assistida na sociedade e na escola, eis que, em 20 de setembro de 2017, é aprovada/promulgada uma proposta do Ministério da Educação, a Base Nacional Comum Curricular, que é o novo parâmetro de orientação dos currículos de todas as etapas da Educação Básica. A BNCC torna-se uma referência obrigatória que guiará os sistemas educacionais na construção das propostas curriculares e influenciará o processo de formação dos professores.

Alguns trechos da Base Nacional Comum Curricular, que abordam sobre a educação inclusiva e também sobre a educação especial, potencializam uma perspectiva de igualdade e equidade, em que se desenvolva currículos que visem atitudes de respeito e consideração frente às diferenças individuais, referentes à diversidade étnico-cultural e também à inclusão de alunos da educação especial, alcançando a superação das desigualdades. Assim,

[...] a BNCC desempenha papel fundamental, pois explicita as aprendizagens essenciais que todos os estudantes devem desenvolver e expressa, portanto, a igualdade educacional sobre a qual as singularidades devem ser consideradas e atendidas. Essa igualdade deve valer também para as oportunidades de ingresso e permanência em uma escola de Educação Básica, sem o que o direito de aprender não se concretiza [...] as decisões curriculares e didático-pedagógicas das Secretarias de Educação, o planejamento do trabalho anual das instituições escolares e as rotinas e os eventos do cotidiano escolar devem levar em consideração a necessidade de superação dessas desigualdades. Para isso, os sistemas e redes de ensino e as instituições escolares devem se planejar com um claro foco na equidade, que pressupõe reconhecer que as necessidades dos estudantes são diferentes. (BRASIL, 2017, p. 15).

Percebemos alguns aspectos relacionados à educação como um direito de todos, pensando sobre a relevância dos sujeitos se sentirem incluídos e pertencentes ao processo de ensino e aprendizagem. Destacamos que o trecho acima contempla a vasta importância de um olhar sensível e atento para as práticas pedagógicas e para os discentes, visando a igualdade no ingresso, permanência na escola, e o direito de aprender apesar das singularidades de cada indivíduo.

A BNCC destaca a importância do compromisso do professor diante da diversidade no campo educacional. O docente deve ter foco e comprometimento no planejamento de práticas pedagógicas, alinhando-as para alcançar a equidade diante da diversidade social e educacional apresentada, considerando as demandas pedagógicas dos alunos com deficiência.

A proposta da Base busca alcançar todos os alunos brasileiros de todas as regiões, indistintamente, e assim, unificar o ensino no país, e superar as desigualdades e a qualidade deficiente da educação. Nesse sentido, Castellar ressalta:

A Base reforça a ideia da Geografia como um componente importante para entender o mundo, a vida, o cotidiano. Desenvolver nos estudantes o raciocínio geográfico, articulando alguns princípios, significa dotá-los de mais uma forma de perceber e analisar criticamente a realidade. (CASTELLAR, 2018, p. 4)

A reflexão abaixo fala um pouco sobre a BNCC:

A BNCC seria o instrumento para qualificar a educação através de uma identidade de conhecimentos que seja proporcionada a todos os estudantes da Educação Básica brasileira. Ela serviria para superar as desigualdades evidentes em nosso sistema educacional. Ela se envolve em uma visão de escolarização que, para termos uma educação de qualidade seria necessário proporcionar conteúdos idênticos para possibilitar uma igualdade de oportunidade entre os educandos. (CURY; REIS; ZANARDI, 2018, p. 61)

É fundamental enfatizar que documentos de referência não podem ou não deveriam eliminar a autonomia do professor em questionar a realidade, estabelecer temáticas de estudo ou diretrizes para o processo pedagógico. Mas, principalmente, na Geografia, vai depender de como o sistema de ensino, a escola e como o professor vai inserir na sala de aula os documentos curriculares de referência, mediante suas concepções e formações.

A inclusão no dia a dia deve ser bem pensada e elaborada para promover a equidade e não só a igualdade. Alguns aspectos importantes que podem contribuir

para a inclusão na escola é o professor observar as necessidades de cada aluno, promover debates sobre a inclusão social e assim fazer com que o preconceito seja combatido e as diferenças de cada indivíduo sejam respeitadas, fazer avaliações individuais com os alunos, investir na tecnologia quando possível, e outras tantas alternativas e percepções que devem ser vistas para que a inclusão não se torne exclusão.

O caminho a trilhar ainda é longo e lento, a educação inclusiva e a disciplina de Geografia trazem uma importância para a sociedade, mas devem ter as condições necessárias para juntas amenizarem as situações decorrentes da falta de inclusão, ou ainda da exclusão. Muitas normativas, leis, decretos são lançados de tempos em tempos, mas deve-se atentar para o real objetivo e interesse de cada documento.

3 CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

O presente trabalho caracterizou-se como uma pesquisa de cunho qualitativo, onde o pesquisador buscou informações, dados bibliográficos, artigos e documentos relacionados ao tema da pesquisa.

Primeiramente, dedicou-se à leitura e estudo sobre a temática da pesquisa “inclusão e o ensino de Geografia” em produções bibliográficas específicas e, sobretudo, na legislação para se compreender o significado e a amplitude do termo educação inclusiva.

Na investigação, optou-se por uma entrevista (APÊNDICE A e B), que ocorreu de forma presencial com cada uma das entrevistadas, dentre o período de 28 de setembro de 2022, até o dia 15 de outubro de 2022, em que o público-alvo foram cinco professoras de Geografia do Município de Cerro Largo/RS, e a profissional de AEE. As profissionais foram escolhidas por fazerem parte do meio escolar e possuírem a experiência de atuarem em sala de aula. A pesquisadora e as entrevistadas puderam interagir e responder as perguntas com uma certa flexibilidade, de acordo com os questionamentos e apontamentos feitos para entender como investigar a prática do professor de Geografia no desenvolvimento e na aplicação da educação inclusiva no cotidiano escolar, podendo construir a análise e chegar à compreensão mais ampla do problema delineado.

Para a realização das entrevistas foi enviada uma carta de anuência para a Instituição, representada na figura da diretoria da escola, para a execução da pesquisa com as professoras (APÊNDICE C). A partir disso, foi disponibilizado para a assinatura o Termo de Consentimento para as professoras de Geografia e do AEE (APÊNDICE D).

A pesquisa que foi proposta no trabalho é o de aprofundar sobre as práticas inclusivas, dificuldades, conhecimentos. As perguntas foram elaboradas para as professoras que ministram a disciplina de Geografia e para uma profissional responsável pelo AEE.

As entrevistadas foram nomeadas da seguinte forma: Pétala, Margarida, Jasmim, Rosa e Hortência. Durante as entrevistas com elas, percebeu-se em suas falas, que ainda existem muitos pontos negativos referentes às práticas inclusivas, ausência de formação necessária e de material pedagógico voltado ao atendimento pleno da educação inclusiva.

Após a realização das entrevistas, a fase final foi a análise e interpretação do que foi coletado nas fases anteriores, como a pesquisa bibliográfica e as entrevistas.

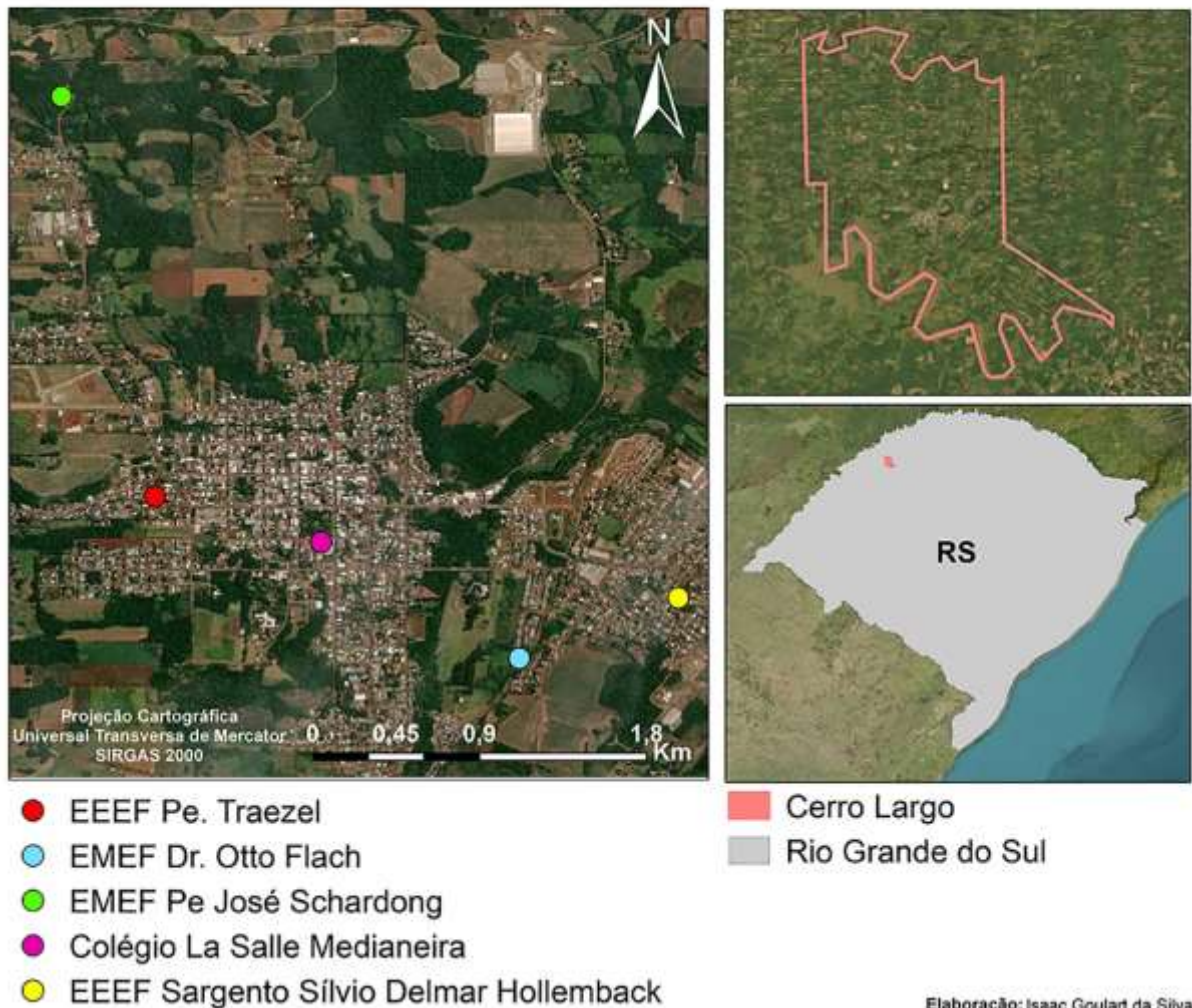
4 EXPERIÊNCIAS DOCENTES EM GEOGRAFIA E A INCLUSÃO

A primeira parte deste capítulo apresenta a compreensão das professoras de Geografia entrevistadas na pesquisa. As questões das entrevistas tiveram o intuito de investigar a prática do professor de Geografia no desenvolvimento e na aplicação da educação inclusiva no cotidiano escolar. As profissionais que aceitaram participar atuam como docentes em escolas estaduais, municipais e rede privada, todas as escolas localizadas no Município de Cerro Largo/RS, o qual foi fundado na data 04 de outubro de 1902 e, de acordo com dados do último censo do IBGE em 2010, possui uma área territorial de 176.64 km², sendo que a população do município é de 14.243 (atualizada em 2021) habitantes, com uma densidade demográfica de 74,79 hab/km², localizando-se no Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (RS), na região fisiográfica das Missões (figura 1).

A experiência das professoras na educação básica fica em torno de 10 a 15 anos e todas possuem graduação em Geografia.

4.1 FIGURA 1: LOCALIZAÇÃO DAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL DE CERRO LARGO – RS:

LOCALIZAÇÃO DAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL DE CERRO LARGO - RS



4.2 A INCLUSÃO PARA AS PROFESSORAS DE GEOGRAFIA

Uma indagação importante balizadora desta pesquisa foi saber o que é a inclusão para as professoras entrevistadas. De forma geral, constatou-se que, para elas, a inclusão é quando o professor acolhe em sua rotina de relações, algo ou alguém, que possui características e modos de pensar que são diferentes de todos, e também que, inclusão é quando oferecem oportunidades iguais de acesso à aprendizagem e ao conhecimento.

Em suas respostas, as entrevistadas afirmaram que a inclusão é um direito que diferentes grupos sociais têm de serem integrados à sociedade. Em geral, todas costumam pensar nas pessoas com deficiências, mas a inclusão se estende a outros que também são marginalizados, como: indígenas, negros e LGBTQI+.

A entrevistada Rosa faz uma ressalva:

Nem todos nós professores sabemos o que realmente é a palavra inclusão, e muitas vezes nos remete aos alunos com deficiência, mas quando refletimos vemos que é tão grande o sentido, que na minha análise, tenho certeza de que não sou completamente inclusiva em minhas ações.

Dessa forma, compreendendo a inclusão para além das deficiências motoras e cognitivas, é preciso ampliar a sua abrangência, buscando garantir igualdade de acesso, permanência e desenvolvimento cognitivo e social nos espaços escolares. Sendo, portanto, a inclusão, um dever do Estado, da escola, da sociedade e um direito de todos os cidadãos.

4.3 PROFESSOR E A INCLUSÃO

Na sequência dos questionamentos, investigou-se o interesse das professoras de Geografia pelos temas da inclusão sobre uma prática docente inclusiva.

Pode-se observar que, muitas vezes, não é questão de se interessar ou não, como foi dito pelas entrevistadas, mas sim, são necessidades inerentes ao espaço e ao cotidiano escolar, exigindo cada vez mais dos professores pensarem e desenvolverem práticas inclusivas.

Dessa forma, a partir das percepções das professoras, constatou-se que estas têm consciência da necessidade da inclusão e de que os alunos com laudos estão presentes em sala de aula de forma bastante significativa.

A professora Pétala, destaca que “Sim, me interessa por uma escola inclusiva, desde que seja oferecida formação adequada, cursos para o melhor desenvolvimento da prática educativa.”

Também se percebeu que as percepções das professoras vão além, e ratificam que a escola deva ser inclusiva e que os professores devam se dedicar para que sua prática seja inclusiva tanto quanto possível, considerando que desempenham papel

importante na conscientização e na formação de cidadãos comprometidos com mudanças que reverberam em outras instâncias da sociedade.

Para a professora Margarida, o papel de propor uma prática docente inclusiva vai além, conforme destaca abaixo:

A atuação do professor deve estar focada no acolhimento e na integração de quem, de algum modo, estava excluído do ambiente escolar, questões essas que precisam ser trabalhadas com os demais (alunos, professores e funcionários) que também são responsáveis por contribuir para que a inclusão seja efetiva.

Ainda dentro da temática Professor e Inclusão, questionou-se as professoras sobre as principais deficiências encontradas em sala de aula, e as respostas são unânimes em dizer que são: Síndrome de Down, Transtornos Globais do Desenvolvimento, Deficiências físicas, Autismo, Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade – TDAH, falta de interesse e dificuldade de concentração dos alunos.

Uma outra pergunta que merece destaque nas entrevistas é de como, para essas professoras, foi a graduação, no que se refere à formação para atender às demandas da inclusão. Ponto preocupante, pois a maioria das respostas foi de que não tiveram preparo algum, e o restante mencionou que foi muito superficial a abordagem.

Neste sentido, Pereira (2000, p.76) reconhece que é preciso “romper com uma visão simplista de formação de professores, entender o licenciando como sujeito em formação que traz consigo uma representação de educação construída, que vivencia uma formação superior fundamentada e que continuará formando-se na prática pedagógica com questões advindas da realidade escolar”, e formular um projeto político pedagógico que rompa com o modelo existente para formação docente no país.

É evidente, portanto, a importância dos cursos de licenciatura terem uma abordagem mais aprofundada sobre a questão da Educação Inclusiva, já que, de acordo com Glat e Pletsch (2004, p. 2),

A vocação primária da universidade é o ensino: a formação de recursos humanos, e, no caso das faculdades ou departamentos de Educação, a formação de professores. Este é, sem dúvida, o aspecto determinante para a efetivação de uma política de inclusão educacional.

Almeida e Bittar ainda reforçam:

As universidades têm um papel fundamental na formação dos professores que atuarão (também) com pessoas com necessidades especiais; ao discutir sua função e seu compromisso social, a referência à educação especial está implícita, uma vez que é parte do contexto escolar e do grupo social em que esta se insere. [...] (2005, p. 94-95)

Conforme Rinaldi, as universidades ainda têm um longo caminho para efetivarem uma prática de aprendizagem e de vivência sobre a inclusão e as políticas inclusivas:

As licenciaturas não estão preparadas para desempenhar a função de formar professores com orientação inclusiva de atuação profissional. Isso é preocupante, pois os alunos, bem ou mal, estão sendo incluídos e, cada vez mais, as salas de aula se diversificam, embora evidentemente não no ritmo desejado, gerando o que se pode definir como inclusão precária. (RINALDI et al., 2009, p.160)

Consoante com Glat e Nogueira (2003, p. 138-139), todos os professores precisam ser preparados, a fim de que a inclusão tenha sucesso, no entanto, esse preparo deve ser realizado de forma progressiva, para que os professores possam “aceitar e relacionar-se com seus diferentes alunos e, conseqüentemente, com suas diferenças e necessidades individuais”.

Na mesma linha de indagações, verificou-se que, geralmente, o acesso às informações sobre a inclusão ocorre quando o professor, por iniciativa própria, busca conhecimento sobre o tema, através de livros, materiais disponíveis na internet, com a coordenação de sua escola, com a orientação educacional, ou também quando a escola conta com um profissional do AEE, para com isso se apropriarem mais dos assuntos relevantes e para entenderem a situação e as ações que precisam realizar com cada aluno e as melhores estratégias.

A observação da professora Margarida demonstra como ela busca se apropriar do assunto, conforme mencionado abaixo:

Busco sempre conversar com a profissional de AEE e com as monitoras que fazem o atendimento dos meus alunos, para entender melhor as particularidades deles, e qual a melhor proposta pedagógica para aquele momento e situação.

Ressalta-se também, conforme uma entrevistada informou, que como trabalha em duas escolas, uma pública e uma privada, na escola privada, tem um acompanhamento e uma orientação melhor e mais participativa da professora do AEE.

Nesse caso, eventualmente, ocorre alguma formação para todos os professores, mas, na rede pública, não existe um acompanhamento ou algo mais específico sobre o tema.

Com as respostas e reflexões que foram trabalhadas acima, percebe-se que a questão da inclusão ainda apresenta muitas lacunas sobre as situações de inclusão escolar, principalmente na formação dos professores, neste caso de Geografia. Assim, a formação de professores deve emergir das necessidades cotidianas para sua atuação em sala de aula, ou seja, deve ir além da formação para o trabalho.

Não obstante a essas indagações, a educação inclusiva precisa ser entendida como um dever, e não somente responsabilidade do professor ou de sua formação na graduação, mas ser assumido e concretizado pelo Estado, para através de políticas públicas, planejamento e ações efetivas, colocar em prática a educação inclusiva.

Na sequência das entrevistas, foi perguntado às professoras se consideram a escola realmente inclusiva. Algumas entrevistadas responderam que sim, e nada mais foi acrescentado. Percebi que não demonstraram muito interesse em debater o assunto, ou até mesmo de captar o que é uma escola inclusiva.

Mas a professora Hortência, apontou uma fala mais abrangente:

Na minha visão, sim. Pelo que percebo a escola tem feito muitos esforços em busca de melhor atender os alunos e professores nas questões de inclusão, há profissionais que podem ser consultados e os alunos têm acompanhamento. A questão dos laudos eu percebi que ajuda muito no desenvolvimento do aluno e a escola quando nota alguma situação incomum já notifica os pais e aconselha uma investigação.

Importante destacar a percepção de outra entrevistada, que levantou outro diagnóstico, que faz pensar na inclusão ainda como uma exclusão, pois, como a entrevistada atua em duas escolas, depara-se com duas realidades diferentes. A escola da rede privada é inclusiva e dispõe de aparato e preocupação constante em promover a inclusão, oportunizando apoio pedagógico e incentivando a adequação da prática. Já na escola da rede pública, há a preocupação em promover a inclusão, mas não dispõe de recursos materiais e humanos suficientes para que a inclusão seja efetiva.

Em virtude do que foi mencionado, a inclusão depende de uma abordagem conjunta, em que sejam disponibilizados aos professores informação, formação e

incentivo ao desenvolvimento de práticas de aprendizagem e acompanhamento do desenvolvimento cognitivo realmente inclusivas.

4.4 ENSINO-APRENDIZAGEM, INCLUSÃO E A GEOGRAFIA

A segunda parte das entrevistas tem relação com o Ensino-aprendizagem, Inclusão e a Geografia. Foi perguntado sobre se a forma de como a BNCC organiza as habilidades e competências auxilia o professor de geografia na sua prática docente e a inclusão.

Nesse ponto, as professoras entrevistadas afirmaram que não fizeram um estudo detalhado de nenhum aspecto da BNCC. Algumas delas disseram saber das competências e habilidades por estarem inseridas na programação dos conteúdos das Editoras que são trabalhadas em sala de aula, dos livros didáticos.

Compactuam ainda, que suas ações promovidas em sala de aula e a postura que adotam em relação à inclusão, partem individualmente delas, pois nenhum documento diz o que é melhor fazer. Frisam ainda que nenhum diz quais práticas inclusivas elas poderiam desenvolver e que seriam mais eficientes. Afirmam, ainda, que os casos de inclusão têm muitas particularidades e a BNCC é um documento norteador geral, então os docentes acreditam que essa organização de habilidades e competências não se aplicaria do mesmo modo para todos os casos de inclusão.

A entrevistada Rosa ponderou sobre a BNCC, da seguinte forma:

De fato o conhecimento está organizado na BNCC em torno de habilidades e competências que auxiliam a prática docente e a inclusão, mas ainda os professores, não só os de geografia, mas todas as disciplinas, estão vinculados à “lista de conteúdos”, o que também exige um desprendimento da mentalidade formada em torno das “gavetas” e uma disposição permanente em aprender, aperfeiçoar e se adequar às necessidades dos estudantes.

Outra pergunta, não menos importante, é como são escolhidos e quais os recursos metodológicos mais usados pelo professor na busca pela inclusão. As professoras entrevistadas disseram que são leituras, pesquisas e diálogo com outros professores e orientadores educacionais especializados, como a troca de experiências.

Algumas professoras ainda aprofundaram um pouco mais e mencionaram que utilizam mais recursos visuais (vídeos, imagens), às vezes ações mais simples, como

uma correção diferente das avaliações, em outras situações elaborar uma avaliação mais simples e objetiva para os demais alunos, ou reduzir o tamanho da prova/trabalho. São as chamadas adequações pedagógicas e avaliativas, que atendem as turmas nas suas singularidades.

Nesse ponto, reforça-se o quanto cada turma é singular em relação às demais, bem como cada aluno é único na sua individualidade. Portanto, é importante pensar em formas de desenvolver suas práticas docentes visando atingir cada um dos seus alunos de forma significativa.

Quando questionadas sobre suas práticas docentes serem inclusivas, as professoras responderam que, às vezes, a sua prática é inclusiva, pois nem sempre estão preparadas para tais enfrentamentos.

Na opinião de outras duas professoras, ambas afirmaram que consideram sua prática inclusiva parcialmente, e que nenhuma prática é perfeita ou de forma integral.

As professoras demonstram preocupação em que seus alunos não sejam e nem se sintam excluídos das atividades e das avaliações realizadas em sala de aula. Com isso, reforçam a importância do apoio da profissional de AEE para orientar e, também, considerar as percepções das monitoras que acompanham alguns alunos na sala de aula.

4.5 DESAFIOS DA INCLUSÃO EM SALA DE AULA

Na finalização das entrevistas, todas as professoras de Geografia deram seus pareceres sobre os desafios da inclusão em sala de aula e as respostas foram as mais diversas, que serão contempladas na análise geral a seguir.

Algumas professoras sinalizam que o tempo de planejamento deveria ser maior, para pensar a organização da aula e encontrar materiais que pudessem ajudar os alunos na compreensão dos conceitos. Outros desafios que foram citados, são os conflitos dentro da sala de aula, os professores precisam constantemente gerenciar situações e, às vezes, não é possível dar tanta atenção para esses alunos. Nesse ponto, reforçam o papel das monitoras, quando as escolas possuem, para auxiliar os professores, o que nem sempre é possível.

Outro fator importante que foi ressaltado é a necessidade de a inclusão acontecer desde os anos iniciais, pois, desde pequenos, o acolhimento ao longo dos

anos escolares vai se tornando muito natural e facilita bastante o trabalho do professor.

Nesse contexto, surge novamente a problemática que envolve a escola pública, na qual, infelizmente, é difícil obter o apoio material e humano necessário para dar o atendimento adequado a esse público. Dadas essas condições, outro desafio é que o material humano seja qualificado e comprometido com a efetiva inclusão.

Além disso, como já mencionado neste trabalho de pesquisa, persiste a importância da capacitação de docentes, das formações específicas, e do apoio constante para os professores alcançarem todas as demandas que chegam à sala de aula, sobretudo, a inclusão, são fundamentais. Cabe ressaltar também, a necessidade da legislação garantir de forma efetiva a acessibilidade dos anos na e para a escola.

Conforme expressou a professora Jasmim:

Na sala de aula percebe-se nitidamente as diferenças sociais de aprendizado, de orientação familiar. E muitas vezes para nós professores, trabalhar com diversas situações que não são iguais, demanda tempo, e muita pesquisa para tentar minimizar os erros e sim melhorar os acertos.

Somados a todas as dificuldades das práticas inclusivas na escola, têm-se todos os demais problemas enfrentados pelas escolas no seu cotidiano. A escola é um sistema vivo em que suas partes constituintes se conectam diretamente e para que funcionem de forma adequada, contemplando o conjunto dos seus alunos, é preciso que todos estejam em sintonia.

4.6 EXPERIÊNCIAS E PERCEPÇÕES DA PROFISSIONAL DE AEE

Foram elaboradas questões para a profissional de AEE que atua em uma escola de educação básica, e a sua participação foi muito importante para demonstrar certos aspectos específicos de como o AEE trabalha e sua finalidade no atendimento de alguns alunos.

A profissional entrevistada possui pós-graduação em Atendimento Especializado, e atualmente está cursando graduação em Educação Especial. Sua atuação profissional engloba 9 anos junto à entidade APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, e há aproximadamente 4 anos é responsável pelo AEE dentro de uma escola particular, onde atende alunos desde a educação infantil até o ensino médio.

Para a profissional do AEE, a inclusão e os desafios da inclusão nas escolas vão muito além dos recursos e das avaliações, pois embora seja um direito do aluno frequentar a escola regular, isso nem sempre ocorre da melhor forma e nem todas as escolas possuem o profissional AEE, o que auxiliaria de forma bastante considerável o atendimento ao aluno com deficiência, garantindo a sua autonomia e o pleno desenvolvimento.

Segundo ressalta a profissional do AEE: “O aluno atendido pelo profissional do AEE deve sentir o respeito por sua individualidade. E o atendimento deve oportunizar ao aluno, escolhas pessoais e profissionais.”

Quando existe um atendimento presencial válido dentro de uma instituição de ensino, a diferença é notável, tanto para um acompanhamento ao aluno, para suporte da família e professores, e, até mesmo, de colegas em sala de aula. Esse respaldo é importante para diminuir as diferenças e minimizar as situações que muitas vezes não tem a compreensão necessária.

Em contrapartida, existe uma angústia muito grande por parte da profissional de AEE, no tocante aos desafios e a falta de conscientização na compreensão de que cada um aprende de uma maneira única, que as adaptações são potenciais de direito e de desenvolvimento, além de ser necessário a conscientização das famílias no processo de inclusão, recursos financeiros suficientes e o conhecimento da necessidade de evoluir nos processos de aprendizagens e avaliação.

Durante a entrevista, pode-se entender que a função do AEE é identificar as necessidades específicas de cada aluno e elaborar recursos pedagógicos e de acessibilidade que contribuem para o desenvolvimento cognitivo e de socialização.

A entrevistada comentou que é oferecido aos professores da escola, onde trabalha, orientações e formações sobre uma educação inclusiva em sala de aula. E que muitas orientações ocorrem durante as formações dos professores, nos conselhos pedagógicos e também durante as observações em sala de aula e nos horários individualizados de acompanhamento para cada professor. Para ela,

Momentos valiosos estes de formação, de tocar no assunto de forma ampla e específica, para sentir dos docentes quais são suas dúvidas, e nesta formação mutuamente agir em prol da inclusão, trocando ideias, e ajustando detalhes que para alguns deve ser rotineiro, mas quando se fala de inclusão é bem significativo.

No último questionamento, foi perguntado para a entrevistada de que forma os alunos são acompanhados nos atendimentos recebidos pelo AEE. A profissional respondeu que:

Na Sala de Recursos e em turno inverso da sala regular, o aluno é atendido individualmente com horários específicos conforme avaliação do responsável pelo AEE, professor da turma e equipe pedagógica. A frequência ocorre de uma ou duas vezes semanais com a duração de uma hora para cada aluno. É elaborado o Plano Individualizado. O AEE agenda momentos de conversas com as famílias para acompanhamento da evolução, alinhar parcerias com os outros atendimentos específicos com psicólogos, fisioterapeutas e fonoaudiólogos. Os alunos também são acompanhados pelo AEE nas visitas de observações em sala de aula. O AEE também orienta os professores na elaboração de planejamento de aula e avaliações.

O trabalho do AEE é muito especial, e cada vez mais se percebe que o público para ser atendido só aumenta. Isso pode ser explicado pelas dificuldades ainda maiores de diagnósticos e laudos para alunos com deficiências diversas no período anterior à aprovação de leis que passaram a garantir o acesso e a permanência destes alunos na escola regular. A partir de então, existe maior orientação, sobretudo, pelos profissionais da educação, para identificar alunos que precisam de determinados atendimentos especializados e/ou individualizados.

O que reforça a necessidade de conhecimento, informação, estudo, pesquisa sobre a inclusão e a educação inclusiva, para que escolas, famílias, governantes, pesquisadores, possam contribuir para garantir uma formação escolar adequada aos alunos que necessitam ser incluídos, seja por patologias físicas, cognitivas ou sociais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizarmos este trabalho, percebeu-se que o tema se torna inesgotável e sua importância reafirmada nas falas das professoras entrevistadas, de que devemos ampliar a discussão sobre formação e atuação do professor de Geografia na educação inclusiva. Os desafios para a consolidação da educação inclusiva são inúmeros, mas vencer tais obstáculos é a garantia de que crianças e adolescentes encontrarão na escola um espaço não só de acolhimento, mas também de aprendizagem e desenvolvimento de habilidades e competências.

A inclusão não é um fim em si mesmo, nem um estado que se alcança de uma vez, tampouco a mera convivência de crianças com e sem necessidades educacionais especiais. A inclusão é um processo social que se renova continuamente na construção e na reconstrução das relações inclusivas. É um compromisso de criar mecanismos institucionais para garantir a aprendizagem de todas as crianças como um direito inalienável. É assegurar que todas as crianças tenham o espaço de participar e conviver com as atividades sociais e educacionais de seus pares.

A proposta de inclusão é muito mais abrangente e significativa do que o simples fazer parte (de qualquer aluno), sem assegurar e garantir sua ativa participação em todas as atividades do processo de ensino-aprendizagem, principalmente em sala de aula.

A postura que mais contribui para o desenvolvimento e a inclusão de todas as crianças é a de não normalizar ou igualar, como mecanismo comparativo ou de fuga do peso de prováveis rótulos, mas focar e assumir a diferença como riqueza e como possibilidade de aprendizado.

A proposição de uma escola para todos é, sem dúvida, um considerável avanço no que se refere à afirmação dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes previstos na Constituição Federal. Garantir o acesso ao ensino regular de minorias historicamente excluídas das classes comuns é uma real evidência de democratização do espaço escolar, da efetivação do princípio da igualdade formal.

O aprendizado é constante e nunca terá uma fórmula pronta, pois muitos desafios devem ser superados, inclusive o que foi visto durante a pandemia da Covid-19, que deixou sua marca, fazendo com que muitos alunos se desestimulassem, outros evadissem das escolas, pois muitos não tinham acesso à internet, ou algo tecnológico que lhe proporcionasse uma aula.

Cabe ao professor de Geografia a função de potencializar seus estudantes, utilizando todas as formas diversas de expressões para atingi-los. É preciso entender como esses alunos pensam e se sentem em relação à escola e ao espaço em que vivem. O professor pode colaborar nesse processo criando vínculos de afeto que os ajudem a desenvolver, a aprender e a sobreviver de forma prazerosa na escola.

Nessa conjuntura, é fundamental uma formação inicial e continuada aos docentes de Geografia, para que possam desenvolver um pensar na formação docente que conduza à construção de um profissional crítico, reflexivo, questionador das suas próprias condições de trabalho, capaz de auto avaliar a sua prática e o currículo escolar, de transformar seu cotidiano e de se posicionar como um ser pensante e atuante. A formação de professores perpassa pela articulação entre os conhecimentos específicos da área de atuação, dos conhecimentos pedagógicos e teorias da aprendizagem e sobre o contexto de atuação, isto é, a realidade da profissão de professor na contemporaneidade (NÓVOA, 2016).

A formação docente na perspectiva inclusiva busca apoiar e estimular o licenciando de Geografia a tomar iniciativas que inovem e valorizem sua prática de ensino. Isso motiva a aprendizagem dos conteúdos geográficos, dinâmicos por definição, e contribui para formar o professor que realmente pesquisa e que faz das diferenças humanas seu principal ponto de apoio para estimular o processo de ensino e aprendizagem de todos.

Percebeu-se, pela fala das entrevistadas, que há muito o que aprender, e este aprender só será efetivado de forma coletiva, com a escola, a família e a sociedade/Estado. A exclusão ainda faz parte da sociedade, e enquanto não forem assumidas posturas realmente inclusivas e respeitosas, a luta continuará, a passos lentos.

Uma das perguntas que surgiu é como garantir uma aula de Geografia acessível a todos com vistas a construir uma escola inclusiva, e como investir em condições na participação de todos os membros da comunidade escolar, sejam eles: surdos, os gordos, cegos ou baixos, negros ou brancos, deficientes mentais ou muito altos, paraplégicos ou hiperativos, superdotados ou de pés descalços, muito ricos ou com anorexia. A resposta é lutar para que todos tenham a oportunidade de um aprendizado, respeitando as suas potencialidades e habilidades.

REFERÊNCIAS

- DUTRA, C. P.; GRIBOSKI, C. M. Gestão para inclusão. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, n.26, 2005.
- SANCHES, I. Do `aprender para fazer´ ao `aprender fazendo´: as práticas de educação inclusiva na escola. **Revista Lusófona de Educação**, v.19, p.135-156. 2011.
- SMEHA, L. N.; SEMINOTTI, N. Educação inclusiva: perspectivas da diferença no grupo de alunos. **Educação**, Santa Maria, v.33, n.2, p.305-322, 2008.
- GLAT, R.; PLETSCH, M. D.; FONTES, R. S. Educação inclusiva & educação especial: propostas que se complementam no contexto da escola - 186 - aberta à diversidade. **Educação**, Santa Maria, v.32, n.2, p.342-356, 2007.
- CURY, C. R. J.; REIS, M.; ZANARDI, T. A. C. **Base Nacional Comum Curricular: dilemas e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 2018.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 05 out. 2022.
- CAVALCANTI, L. S. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. Campinas: Papirus, 1998.
- KAERCHER, Nestor André. **Desafios e Utopias no Ensino de Geografia**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.
- KARAGIANNIS, Anastasios *et al.* Fundamentos do Ensino Inclusivo. In: STAINBACK, William; STAINBACK, Susan. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artmed, 1989. p.21-34.
<https://prosped.com.br/noticias/pesquisa-do-ibge-revela-dados-sobre-inclusao/>
- CASTELLAR, Sônia (org.). **Educação Geográfica, teorias e práticas docentes**. São Paulo: Contexto, 2005.
- MANTOAN, Maria. Teresa Eglér. Ensinando à turma todas as diferenças na escola. **Pátio – Revista Pedagógica**. Ano V, n. 20, fev./abr. 2002.
- MANTOAN, Maria. Teresa Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.
- SANTOS, Milton, 1926-2001. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4, Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

VESENTINI, J.W. **O Ensino de Geografia no Final do Século XX**. São Paulo: Ática, 1996.

NÓVOA, A. **Profissão professor** Porto: Porto Editora, 1991.

DUARTE, Rosália. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, n. 115, mar. 2002.

GLAT, R.; PLETSCHE, M.D. O papel da universidade frente às políticas públicas para Educação Inclusiva. **Revista Benjamin Constant**, ano 10, 29, p.3-8, 2004. Disponível em: Acesso em: 07 de nov. de 2022.

PEREIRA, J.E.D. **Formação de professores**: pesquisas, representações e poder. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

ALMEIDA, C.E.M; BITTAR, M. Universidade: educação especial e o processo de inclusão nos cursos das licenciaturas. **Intermeio**: Revista - Programa de Pós-Graduação em Educação – UFMS, 11(21), p.86-102, 2005. Acesso em: 26 de jul. de 2022.

RINALDI, R.P.; REALLI, A.M.M.R.; COSTA, M.P.R. Formação de professores e Educação Especial: análise de um processo. In: COSTA, M.P.R. (org.) **Educação Especial**: aspectos conceituais e emergentes. São Carlos: EdUFSCar, 2009, p.151 – 166.

GLAT, R.; NOGUEIRA, M.L.L. Políticas educacionais e a formação de professores para a Educação Inclusiva no Brasil. **COMUNICAÇÕES** – Caderno do Programa de Pós-Graduação em Educação, ano 10, 1, 2003. Acesso em: 15 de ago. de 2022.

AMARAL, C. N.; et. al. Geografia e inclusão: Práticas Educativas Para Alunos Desatentos. In: REENCONTRO DE SABERES TERRITORIALES LATINOAMERICANOS. 14. egal. 2013. Peru. **Anais Eletrônicos** [...] Encontro de Geógrafos de América Latina, [2013]. Disponível em: http://www.egal2013.pe/wp-content/uploads/2013/07/Tra_Vin%C3%ADcius-Ramos-da-SilvaMiriam-Rezende-Bueno-Claudilene-do.pdf. Acesso em: 12 de set. de 2022.

CAVALCANTI, L. S. **Geografia e Práticas de Ensino**. Alternativa, Goiânia, 2002.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Senado Federal, [2017]. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf. Acesso em: 02 de julho de 2022.

MELO, A. Á.; SAMPAIO, A. C. F. Educação inclusiva e formação de professores de geografia: primeiras notas. Caminhos de Geografia - **Revista Online**, Uberlândia, v. 8, n. 24, p. 124-130, DEZ/2007. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/15622>. Acesso em: 26 de ago. de 2022.

KARAGIANNIS, Anastasios et al. Fundamentos do Ensino Inclusivo. In: STAINBACK, William; STAINBACK, Susan. **Inclusão**: um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1989. p.21-34.

Apêndice A - Entrevistas com professores (as) de Geografia:

1) O que é inclusão para você?

Parte 1: Professor e a Inclusão:

- 1) O professor se interessa pela escola inclusiva e por uma prática docente inclusiva?
- 2) Quais as principais deficiências encontradas em sala de aula de acordo com a sua experiência?
- 3) Teve, durante a sua graduação, formação para atender às demandas da inclusão?
- 4) Atualmente, tem acesso a formações sobre a inclusão?
- 5) Se não, onde busca conhecimento e informações sobre este tema?
- 6) A sua escola é inclusiva?

Parte 2: Ensino-aprendizagem, Inclusão e a Geografia:

- 1) A forma como a BNCC organiza as habilidades e competências auxilia o professor de geografia na sua prática docente e a inclusão?
- 2) Como são escolhidos e quais são os recursos metodológicos mais usados pelo professor na busca pela inclusão?
- 3) Na sua opinião, a sua prática docente é inclusiva?

Parte 3: Desafios da inclusão em sala de aula (nesta parte, que pode ser aberta, ou seja, o professor escreve sobre os desafios que identifica para uma prática de ensino-aprendizagem realmente inclusive em sala de aula).

Apêndice B - Entrevista com profissional de AEE:

- 1) O que é inclusão na compreensão das professoras e quais os desafios da inclusão nas escolas?
- 2) Essas professoras são formadas em educação especial?
- 3) Qual a função do professor de AEE?
- 4) É oferecido aos professores da sua escola orientações e ou formações sobre uma educação inclusiva em sala de aula?
- 5) Quais os recursos de inclusão disponíveis na escola?
- 6) Qual a ação da escola e do AEE em casos de identificação de episódios de exclusão de alunos com deficiência em sala de aula?
- 7) De que forma os alunos são acompanhados nos atendimentos recebidos pelo AEE?

Apêndice C - Autorização de Concordância da Instituição



AUTORIZAÇÃO DE CONCORDÂNCIA DA INSTITUIÇÃO TERMO DE CONCORDÂNCIA DA INSTITUIÇÃO CARTA DE ANUÊNCIA DA INSTITUIÇÃO

A acadêmica **DÉBORA RUSCHEL** está realizando sua pesquisa de Trabalho de Conclusão de curso do Curso de Geografia EaD do *Campus* Litoral Norte, UFRGS, na linha de pesquisa: ensino de geografia. Seu trabalho está intitulado “**O ensino de Geografia no contexto da educação inclusiva**”. A pesquisa tem como preocupação central identificar os desafios e as potencialidades do professor de geografia na prática da educação inclusiva na educação básica. De forma específica, pretende-se (a) Analisar a prática da educação inclusiva no contexto das políticas públicas educacionais brasileiras; (b) Compreender a inserção das práticas de educação inclusiva na Base Nacional Comum Curricular e nos currículos de Geografia para a educação básica e (c) Investigar a prática do professor de Geografia no desenvolvimento e na aplicação da educação inclusiva no cotidiano escolar. Para isso, serão realizadas entrevistas com professores de geografia e de atendimento especializado. O trabalho prático tem como proposta a realização de entrevistas com professores de Geografia e de Atendimento especializado. Desta forma, solicitamos autorização da Instituição,, localizada na cidade de Cerro Largo, RS, para que a acadêmica realize as entrevistas com os professores selecionados. Por intermédio deste trabalho, esperamos contribuir com a compreensão dos desafios dos docentes de geografia na prática da educação inclusiva e o desenvolvimento de ações que visem um aprendizado de qualidade para os alunos. A orientadora do Trabalho de Conclusão de Curso acima descrito é a Prof^a Aline de Lima Rodrigues do Departamento Interdisciplinar, *Campus* Litoral Norte, da UFRGS.

Dia 08 de setembro de 2022.

ALINE DE LIMA RODRIGUES

Professora do DIDA/CLN/UFRGS
Orientadora da Pesquisa

ANUÊNCIA:

Nome Diretor (a), juntamente com a gestão e coordenação, concordamos que os/as professor/as selecionados/as, participem do presente estudo.

Local e data

Responsável e cargo

Apêndice D - Autorização Professor de Geografia e Profissional de AEE



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
CAMPUS LITORAL NORTE
DEPARTAMENTO INTERDISCIPLINAR
CURSO DE GEOGRAFIA – LICENCIATURA EaD**

A U T O R I Z A Ç Ã O

Eu, abaixo assinado(a), autorizo **Débora Ruschel**, estudante do Curso de Geografia EaD do Campus Litoral Norte, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a utilizar as informações por **mim prestadas, para a elaboração de seu Trabalho de Conclusão de Curso, que tem como título “O ensino de Geografia no contexto da educação inclusiva”** que está sendo orientado pela Prof.(a.) Dr.(a.). Aline de Lima Rodrigues. A pesquisa se desenvolverá a partir da compreensão dos desafios dos docentes de geografia na prática da educação inclusiva e o desenvolvimento de ações que visem um aprendizado de qualidade para os alunos. Desta forma, a pesquisa tem como preocupação central identificar os desafios e as potencialidades do professor de geografia na prática da educação inclusiva na educação básica. De forma específica, pretende-se (a) Analisar a prática da educação inclusiva no contexto das políticas públicas educacionais brasileiras; (b) Compreender a inserção das práticas de educação inclusiva na Base Nacional Comum Curricular e nos currículos de Geografia para a educação básica e (c) Investigar a prática do professor de Geografia no desenvolvimento e na aplicação da educação inclusiva no cotidiano escolar. Para isso, serão realizadas entrevistas com professores de geografia e de atendimento especializado. As entrevistas serão analisadas durante o Trabalho de Conclusão de Curso e expostas, sem referência nominal, na parte de análise dos resultados da pesquisa. Sua participação é fundamental para o desenvolvimento metodológico do Trabalho de Conclusão de Curso.

Desde já, muito obrigada por participar.

Cerro Largo, de de 2022 .

Assinatura da entrevistada